



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**EDITAL Nº 04/2013 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**

**NÍVEL SUPERIOR**

**DIREITO**

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará 05 (cinco) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (cinquenta) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (08 questões) e Raciocínio Lógico (05 questões), Gestão Pública (03 questões), Noções de Direitos Humanos (02 questões), Código de Ética e Estatuto do Servidor Público do Estado de Minas Gerais (02 questões), Conhecimentos Específicos (30 questões) e um tema para redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 5 (cinco) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 1 (uma) hora após seu início.
- VII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do IBFC, no prazo recursal contra gabarito.
- VIII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- IX. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**



DESTAQUE AQUI



**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



Nome: \_\_\_\_\_ Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_ Inscrição: \_\_\_\_\_

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>																								

# RASCUNHO

- 1) Assinale abaixo a alternativa em cuja frase a palavra “bastante” possa ser corretamente classificada como um advérbio.
  - a) Há bastante comida para o jantar.
  - b) O vinho não é bastante.
  - c) Ele já foi bastante rico.
  - d) Chega, você já falou o bastante!
- 2) Quanto à colocação pronominal, assinale abaixo a alternativa que apresenta erro, de acordo com a norma culta da língua portuguesa.
  - a) Matá-lo-ei ou não terei paz novamente.
  - b) Matá-lo eu irei ou não terei paz novamente.
  - c) Eu o matarei ou não terei paz novamente.
  - d) Matarei-o ou não terei paz novamente.
- 3) Na frase “Ele deve passar fome, pois está muito magro”, a palavra “pois” funciona como um articulador das orações e estabelece entre elas a relação de:
  - a) soma.
  - b) oposição.
  - c) explicação.
  - d) conclusão.
- 4) Com base no exercício anterior, é possível classificar a conjunção “pois”. A partir disso, poderíamos substituí-la adequadamente pelo conectivo:
  - a) por que.
  - b) porquê.
  - c) por quê.
  - d) porque.

Leia as afirmativas abaixo para responder as questões 5 e 6:

- I. Sua decisão implicará grandes perdas.
  - II. Amor implica em sacrifício.
  - III. Os funcionários devem obedecer o regimento.
- 5) As frases que apresentam erro quanto à regência verbal são:
    - a) I e II, apenas.
    - b) II e III, apenas.
    - c) I e III, apenas.
    - d) I, II e III.
  - 6) Interpretando as afirmativas I e II, assinale abaixo a alternativa que apresenta – correta e respectivamente, sem alterar o sentido original das frases – sinônimos para o verbo “implicar”.
    - a) originar/rechaçar.
    - b) acarretar/requerer.
    - c) rechaçar/acarretar.
    - d) requerer/recusar.
  - 7) Assinale abaixo a alternativa cujas palavras são acentuadas pela mesma regra de “abóbora”, “bobó” e “míssil”, respectivamente.
    - a) música/cipó/terrível.
    - b) cérebro/mó/difícil.
    - c) necrotério/ebó/pênsil.
    - d) titânico/pó/fácil.

- 8) Veja as três palavras que seguem. Complete as lacunas com o artigo.
 

\_\_\_ púbis; \_\_\_ cal; \_\_\_ mascote.

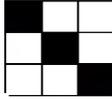
Em concordância com o gênero das palavras apresentadas, assinale abaixo a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.

  - a) o/a/a.
  - b) a/a/o.
  - c) o/o/a.
  - d) a/o/o.

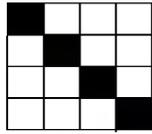
- 9) Em uma entrevista para saber se as pessoas utilizariam os produtos A, B ou C, chegou-se a seguinte conclusão: 229 pessoas utilizariam o produto A, 223 utilizariam o produto B, 196 utilizariam o produto C, 79 utilizariam os produtos A e B, 89 os produtos A e C, 69 os produtos B e C, 37 os três produtos e 53 nenhum dos três. Nessas condições, é correto afirmar que:
  - a) 275 pessoas utilizariam somente um dos produtos.
  - b) 112 pessoas utilizariam somente o produto C.
  - c) 225 pessoas utilizariam os produtos A e C, mas não utilizariam o produto B.
  - d) 500 pessoas foram entrevistadas.
- 10) O serviço de obras de uma prefeitura pavimentou um quinto de uma avenida num primeiro dia de trabalho, pavimentou um quarto do restante num segundo dia de trabalho e ainda faltam pavimentar 13500 metros da avenida. Se o custo por metro de pavimentação custa R\$ 72,00, então o custo para pavimentar toda a avenida é igual a :
  - a) R\$ 162.000,00
  - b) R\$ 2.160.000,00
  - c) R\$ 216.000,00
  - d) R\$ 1.620.000,00
- 11) Observando o 1º, 2º e 3º quadrados abaixo, tem-se 2 quadradinhos brancos no 1º; 6 quadradinhos brancos no 2º e 12 quadradinhos brancos no 3º. Se continuarmos a formar quadrados até a 7ª posição então a soma de todos os quadradinhos brancos até a 7ª posição será igual a:
 



1º



2º



3º

  - a) 168
  - b) 126
  - c) 240
  - d) 112

- 12) Se o valor lógico de uma proposição P é verdadeiro e o valor lógico de uma proposição Q é falso, então é correto afirmar que:
  - a) o condicional entre P e Q, nessa ordem, é verdade.
  - b) a disjunção entre P e Q é verdade.
  - c) a conjunção entre P e Q, nessa ordem, é verdade.
  - d) o bicondicional entre P e Q, nessa ordem, é verdade.
- 13) A frase “Se Carlos trabalha, então ganha dinheiro” é equivalente a frase:
  - a) Carlos não trabalha e ganha dinheiro.
  - b) Carlos trabalha ou ganha dinheiro.
  - c) Carlos não trabalha ou ganha dinheiro.
  - d) Se Carlos não trabalha, então não ganha dinheiro.

GESTÃO PÚBLICA

- 14) Para fins de monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG - 2012/2015), serão elaborados:
  - a) Relatórios Estatísticos de Resultados.
  - b) Relatórios de Acompanhamento e de Resultados.
  - c) Relatórios de Gestão Fiscal.
  - d) Relatórios Institucionais de Monitoramento.

**15) Analise as seguintes afirmativas, referentes à disciplina constitucional dos servidores públicos.**

- I. A Constituição reserva o percentual de 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- II. O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- III. É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

**Está correto o que se afirma em:**

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.

**16) Com relação à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei da Transparência), assinale a alternativa CORRETA:**

- a) O recurso da decisão que indeferir o pedido de acesso à informação, poderá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias. A autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão recorrida, terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar.
- b) O recurso da decisão que indeferir o pedido de acesso à informação, poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias. A autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão recorrida, terá o prazo de 5 (cinco) dias para se manifestar.
- c) O recurso da decisão que indeferir o pedido de acesso à informação, poderá ser interposto no prazo de 10 (dez) dias. A autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão recorrida, terá o prazo de 5 (cinco) dias para se manifestar.
- d) O recurso da decisão que indeferir o pedido de acesso à informação, poderá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias. A autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão recorrida, terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar.

---

**NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS**

---

**17) Com relação ao direito à instrução previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) O Estado tem prioridade em relação aos pais na escolha do gênero de instrução que será ministrada às crianças e aos adolescentes.
- b) A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- c) A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais.
- d) A instrução elementar será obrigatória.

**18) Com relação aos direitos previstos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade, mas não lhe é assegurado o direito de mudar de nacionalidade.
- b) Toda pessoa tem o direito de ser, dentro de seu país, reconhecida como pessoa.
- c) Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, mas não poderá regressar ao seu próprio país.
- d) Toda pessoa tem o direito de não ser perseguida, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.

**19) Analise as seguintes afirmativas:**

- I. A violação ao Código de Conduta Ética praticada por servidor público poderá ensejar a aplicação da censura ética, no caso de grave lesividade ou se verificada a reincidência na prática de ato cuja sanção aplicada tenha sido a suspensão.
- II. A autoridade que violar o Código de Conduta Ética fica sujeita à sanção de advertência. Cessado o vínculo com a Administração Pública, será aplicável a sanção de censura ética.
- III. A Comissão de Ética, após o devido processo legal, decidiu que José Paulo, servidor público do Estado de Minas Gerais, cometeu infração cuja sanção aplicável é a advertência verbal. Nessa hipótese, a decisão poderá ser aplicada imediatamente pela própria Comissão de Ética.

**Está correto o que se afirma em:**

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.

**20) Indique a alternativa CORRETA:**

- a) Os atos praticados sob domínio de assédio moral deverão ser mantidos a fim de se garantir a segurança jurídica das relações entre a Administração Pública e os administrados.
- b) Na aplicação das penas previstas em lei, no caso de assédio moral, serão consideradas a extensão do dano, as atenuantes, as agravantes e as reincidências.
- c) A pretensão punitiva administrativa do assédio moral prescreve em um ano para a pena de censura.
- d) Poderá ser responsabilizado administrativamente o agente público, pela prática de assédio moral, independentemente da sentença prolatada em ação cível que julgou indevida a reparação pelos danos causados à vítima.

---

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

---

**21) A Constituição deve ser “a somatória dos fatores reais do poder dentro de uma sociedade”, do contrário, seria ilegítima, uma simples “folha de papel”.**

**O conceito constante do enunciado refere-se ao:**

- a) Sentido material e formal.
- b) Sentido político, de Carl Schmitt.
- c) Sentido sociológico, de Ferdinand Lassale.
- d) Sentido jurídico, de Hans Kelsen.

**22) Acerca dos elementos das constituições, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Orgânicos: elementos contidos nas normas que dispõem sobre a estrutura do Estado e do poder.
- b) Limitativos: elementos consagrados nas normas que cuidam da defesa da constituição e das instituições democráticas.
- c) Sócio-ideológicos: insculpidos nas normas que fixam os compromissos sociais do Estado.
- d) Formais de aplicabilidade: elementos assentados nas regras de aplicação das constituições.

**23) A constituição que não traz as regras em um único texto solene e codificado, baseada em usos, costumes e jurisprudências, pode ser classificada, quanto à forma, como sendo:**

- a) Escrita.
- b) Flexível.
- c) Pactuada.
- d) Consuetudinária.

24) Com relação as normas constitucionais de eficácia contida, assinale a alternativa CORRETA:

- a) São normas que, de imediato, podem produzir todos os seus efeitos, mas a norma infraconstitucional poderá reduzir sua abrangência.
- b) São normas aptas a produzir todos os efeitos, independentemente de norma infraconstitucional integrativa.
- c) São normas que, de imediato, não produzem todos os seus efeitos, necessitando de uma norma infraconstitucional integrativa.
- d) São normas que veiculam programadas a serem implementados pelo Poder Público.

25) Diz o inciso XIII, do artigo 5º, da Constituição Federal: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.”

Quanto à aplicabilidade, o artigo em questão, classifica-se como norma de: \_\_\_\_\_ . Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Eficácia limitada.
- b) Eficácia contida.
- c) Eficácia plena.
- d) Eficácia direta.

26) Acerca das características do Poder Constituinte Originário, pode-se afirmar que este poder:

- a) É instituído, limitado e incondicionado.
- b) É inicial, limitado e condicionado.
- c) É inicial, autônomo e incondicionado.
- d) Pode ser reformador, decorrente e revisor.

27) Analise as assertivas:

- I. A construção de uma sociedade livre, justa e solidária constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- II. A prevalência dos direitos humanos constitui um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- III. A República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana.
- IV. A soberania constitui um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Está correto, apenas, o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I e III, apenas.

28) Acerca do direito de associação previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas, ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- b) é plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter paramilitar, desde que para fins lícitos.
- c) a criação de associações independe de autorização, mas é permitida a interferência estatal em seu funcionamento.
- d) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente, apenas.

29) De acordo com o artigo 18 da Constituição Federal, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) A União, os Estados e os Municípios.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) Os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios.

30) É expressamente vedada a edição de medida provisória sobre matérias relativas a:

- a) Direito penal, direito processual penal, apenas.
- b) Direito penal, direito processual penal e direito processual civil.
- c) Direito penal, direito processual penal, direito civil e direito processual civil.
- d) Direito penal, apenas.

31) “Direito Administrativo é o sistema de princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.”

O conceito citado no enunciado adotou o critério:

- a) Da Escola do Serviço Público.
- b) Das Relações Jurídicas.
- c) Do Poder Executivo.
- d) Teleológico.

32) “O interesse público, sendo qualificado como próprio da coletividade, não se encontra à livre disposição de quem quer que seja, por inapropriáveis. Ao próprio órgão administrativo que o representa incumbe apenas guardá-lo e realizá-lo”. O texto refere-se ao:

- a) Princípio da Legalidade.
- b) Princípio da Eficiência.
- c) Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.
- d) Princípio da Impessoalidade.

33) Do Princípio da Continuidade do Serviço Público, decorrem algumas consequências, EXCETO:

- a) Proibição absoluta do direito de greve aos servidores públicos.
- b) Faculdade da Administração Pública utilizar os equipamentos da empresa com quem contratou.
- c) Faculdade da Administração Pública utilizar os institutos da delegação e da substituição para preencher funções temporariamente vagas.
- d) Faculdade da Administração Pública assumir o serviço que concedeu ao particular.

34) “É o atributo do ato administrativo que autoriza sua imediata execução, ainda que arguido de vícios ou defeitos que possam levar a sua invalidade.” O texto refere-se ao atributo da:

- a) Autoexecutoriedade.
- b) Imperatividade.
- c) Eficiência.
- d) Presunção de legitimidade.

35) Com relação à revogação do ato administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pressupõe um ato ilegal, mas que atende o interesse público.
- b) Pressupõe um ato ilegal e inconveniente ao interesse público.
- c) Pressupõe um ato legal, mas inconveniente ao interesse público.
- d) Pressupõe apenas a ilegalidade do ato.

**36) Com relação aos Poderes da Administração Pública, analise as assertivas abaixo.**

- I. Poder Hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.
- II. Poder Disciplinar é aquele de que dispõe a Administração Pública para controlar o desempenho das funções e das condutas internas de seus servidores, responsabilizando-os pelas infrações que cometer.
- III. Poder Regulamentar é a faculdade que permite ao Chefe do Executivo de aclarar a lei para sua correta execução.
- IV. Poder de Polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

**Está correto o que se afirma em:**

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.

**37) As ruas, logradouros públicos, mares e praias naturais são:**

- a) Bens de uso comum do povo.
- b) Bens de uso especial.
- c) Bens do patrimônio administrativo.
- d) Bens dominiais ou do patrimônio disponível.

**38) Nos termos da Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/1993), é inexigível a licitação:**

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços.
- b) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- c) Quando houver inviabilidade de competição, para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- d) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

**39) O dever de licitar imposto aos entes governamentais visa a alcançar alguns objetivos, EXCETO:**

- a) Proporcionar aos entes governamentais a realização do negócio mais vantajoso.
- b) Proporcionar a competição entre os licitantes.
- c) Proporcionar aos particulares a participação na gestão da coisa pública e nas decisões governamentais.
- d) Efetivar os princípios da isonomia e impessoalidade.

**40) Nos termos da Lei de Licitações e Contratos (Lei Federal nº 8.666/1993), os contratos administrativos são regulados:**

- a) Pelas cláusulas contratuais e pelos princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os preceitos de direito público.
- b) Pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, vedada a aplicação de preceitos de direito privado.
- c) Pelas suas cláusulas, apenas.
- d) Pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**41) Com relação à sentença, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) São requisitos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo.
- b) É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.
- c) Quando o autor tiver formulado pedido certo, é vedado ao juiz proferir sentença ilíquida.
- d) A sentença deve ser certa, salvo quando decidir relação jurídica condicional.

**42) Denomina-se coisa julgada material:**

- a) a eficácia que torna imutável, no mesmo processo, a sentença.
- b) a eficácia que torna imutável a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença, desde que esta não mais esteja sujeita a recursos.
- c) a eficácia que torna imutável o dispositivo da sentença, que não esteja mais sujeita a recursos.
- d) a eficácia que torna imutável os motivos e o dispositivo da sentença, que não esteja mais sujeita a recursos.

**43) Nos termos das regras gerais sobre os recursos previstas pelo Código de Processo Civil, possui(em) legitimidade para recorrer:**

- a) a parte vencida, a parte vencedora e o Ministério Público, nos processos em que for parte.
- b) a parte vencida, apenas.
- c) a parte vencida, o terceiro prejudicado e o Ministério Público, nos processos em que for parte ou oficial como fiscal da lei.
- d) a parte vencida e o Ministério Público, nos processos em que for parte ou oficial como fiscal da lei.

**44) Com relação aos embargos de declaração e sua disciplina pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Destinam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão da decisão judicial.
- b) Serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao tribunal, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão.
- c) Não estão sujeitos a preparo.
- d) Interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

**45) Acerca das disposições gerais do processo cautelar, assinale a alternativa CORRETA:**

- a) Interposto recurso, ainda que os autos estejam no tribunal, a medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa, em razão de seu caráter emergencial.
- b) O juiz não poderá determinar medidas cautelares que não estejam, expressamente, previstas na lei processual.
- c) Como regra, o juiz determinará medidas cautelares sem a audiência das partes.
- d) Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.

**46) Cessa a eficácia da medida cautelar concedida:**

- a) Se não for executada dentro de 15 (quinze) dias.
- b) Se não for executada dentro de 30 (trinta) dias.
- c) Se o juiz extinguir o processo principal, sem julgamento do mérito, apenas.
- d) Se o juiz extinguir o processo principal, com julgamento do mérito, apenas.

47) Com relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) É cabível contra ato autoridade pública, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) É cabível contra ato praticado por representantes ou órgãos de partidos políticos.
- c) É cabível contra ato de dirigentes de pessoas jurídicas no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- d) É cabível contra ato de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.

48) A ação popular é o instrumento cabível para:

- a) Pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio.
- b) Proteger direito líquido e certo não amparado por “habeas corpus” ou “habeas data”.
- c) Impor ao agente político a sanção de perda de cargo.
- d) Obter o acesso a informações de interesse público.

49) Não possui legitimidade para propor a ação civil pública:

- a) Ministério Público.
- b) Defensoria Pública.
- c) Qualquer cidadão.
- d) Municípios.

50) Nos termos do parágrafo 6º do artigo 5º, da Lei da Ação Civil Pública (Lei Federal nº 7437/85), os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, que terá eficácia de:

- a) Título executivo extrajudicial.
- b) Mero contrato com efeitos “inter partis”.
- c) Título executivo judicial.
- d) Protocolo de intenções.

## REDAÇÃO

Transcreva a redação de 15 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Na sociedade atual, estar na moda é quase uma obrigação. Adultos, jovens e até crianças buscam uma imagem ideal. Muitas vezes, pressionados pela mídia, e vivendo numa sociedade que estimula o consumo, é difícil libertar-se.

Considerando as ideias acima, busque elaborar um texto dissertativo-argumentativo com a seguinte proposição: **Escravos da moda: como libertar-se?**

5

10

15

20

25

30